



**SIMPROFI**

Simposio dos Programas  
de Mestrado Profissional  
26 e 27 de outubro de 2022

**EDUCAÇÃO, TRABALHO  
E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL**



## **Escolas Técnicas do SUS: o cenário da formação profissional técnica de nível médio em saúde no Estado de São Paulo**

Vania Alessandra Feres<sup>1</sup>, Paulo Roberto Prado Constantino<sup>2</sup>

**Resumo** – O presente artigo buscou relatar a histórica luta para a constituição do Sistema Único de Saúde [SUS] em relação à formação dos profissionais em saúde, ao introduzir o cenário das Escolas Técnicas do SUS [ETSUS] e suas características, com destaque às escolas do Estado de São Paulo. Insere-se como uma investigação ligada à memória e história das políticas públicas educacionais na área específica, por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Ao demonstrar a configuração da rede ETSUS paulista, sua criação e atual inserção, intenta ressaltar sua importância na educação profissional técnica de nível médio no contexto estadual, enquanto escolas públicas do mundo do trabalho, que promovem espaços de formação permanentes e de reflexão crítica sobre o fazer dos alunos trabalhadores e docentes dos serviços, em alinhamento com as diretrizes e princípios do SUS. Demonstra ainda os principais desafios a serem superados pelas ETSUS, principalmente no que concerne à sua identidade política, visibilidade e continuidade do financiamento de suas ações.

**Palavras-chave:** Educação Profissional, Formação Profissional em Saúde, Sistema Único de Saúde [SUS], Escolas Técnicas do SUS [ETSUS].

**Abstract** - This article sought to report the historical struggle for the constitution of the Unified Health System [SUS] in relation to the training of health professionals, by introducing the scenario of the Technical Schools of the SUS [ETSUS] and their characteristics, with emphasis on schools in the State from Sao Paulo. It is inserted as an investigation linked to the memory and history of educational public policies in the specific area, through documentary and bibliographic research. By demonstrating the configuration of the ETSUS network in São Paulo, its creation and current insertion, it intends to emphasize its importance in technical professional education of secondary level in the state context, as public schools in the world of work, which promote spaces for permanent training and critical reflection on the make students workers and teachers of the services, in alignment with the guidelines and principles of the SUS. It also demonstrates the main challenges to be overcome by ETSUS, especially with regard to their political identity, visibility and continuity of funding for their actions.

**Keywords:** Vocational Education, Training in Health, Brazilian Unified Health System [SUS], Technical Schools of SUS [ETSUS].

<sup>1</sup> Mestranda em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional na Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do CEETEPS. E-mail: [vania.feres@cpspos.sp.gov.br](mailto:vania.feres@cpspos.sp.gov.br)

<sup>2</sup> Professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional na Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do CEETEPS. E-mail: [pconst2@gmail.com](mailto:pconst2@gmail.com)

## 1 Introdução

O presente artigo buscou relatar a histórica luta para a constituição do Sistema Único de Saúde [SUS] em relação à formação dos profissionais em saúde, ao introduzir o cenário das Escolas Técnicas do SUS [ETSUS] e suas características, com destaque às unidades do Estado de São Paulo. Ao demonstrar a configuração da rede ETSUS paulista, sua criação e atual inserção, aponta para sua importância na educação profissional técnica de nível médio no contexto estadual.

Ao examinar a produção acadêmica sobre o assunto, embora disposta numa área temática diretamente ligada à educação profissional, notamos que as ETSUS do Estado de São Paulo têm sido menos abordadas. Assim, a partir de um estudo exploratório e de caráter qualitativo sobre fontes documentais e bibliográficas, o texto pretende reintroduzir a discussão e avançar sobre o conhecimento que se tem destas instituições, ao tomar parte em novos estudos em nível de pós-graduação, a partir das lacunas identificadas sobre o tema, ao responder às questões: quem são as Escolas Técnicas do SUS? E quem são as ETSUS-SP, no que diz respeito à sua criação, autorização para funcionamento, atual inserção e relevância no organograma da Secretaria de Estado?

## 2 Referencial Teórico

No âmbito da formação em Saúde, a educação profissional enfrentou percalços, como o fato dos cursos técnicos de nível médio ter sido autorizados por lei somente em 1961 e a formação de técnicos em enfermagem obter seu reconhecimento pelo Ministério da Educação em 1966. Até então, ainda que a formação técnica fosse uma necessidade emergente, sua natureza seguia uma divisão típica do modelo taylorista-fordista, sendo preponderantemente realizada por meio de treinamento em serviço (RAMOS, 2010).

Especialmente no final da década de 1970 e início dos anos 1980, o clamor por políticas públicas, em especial as de saúde e educação, poderia ser traduzido como uma demanda de acesso ao poder (BRASIL, 2006). O Movimento Sanitário, por exemplo, impulsionou grandes transformações na construção das políticas nacionais de saúde.

A centralização da saúde se perpetuou por toda a década de 1970, com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Sistema Nacional de Previdência Social [SINPAS] e do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social [IAPAS].

A concepção vigente à época era a da medicina comunitária, constituída de programas de extensão da cobertura de ações básicas, voltadas à população excluída do sistema previdenciário.

O Movimento Sanitário impulsionou grandes transformações na construção da política de saúde, articulando mudanças na prática teórica com a construção do saber, na prática ideológica com a tomada de consciência e na prática política com a ampliação das relações sociais.

Na década de 1970, por meio dos programas de cobertura [PEC] para populações rurais e das campanhas de saúde pública, existiu uma movimentação para favorecer a organização dos Centros Formadores de

Recursos Humanos em Saúde nas estruturas de Secretarias Estaduais de Saúde, como forma de suprir a formação e a qualificação de pessoal que, mesmo com escolarização insuficiente, já atuava nos serviços, uma vez que ainda não se determinava uma habilitação profissional em certos tipos de ocupações em saúde (BORGES *et al.*, 2012).

Estes Centros Formadores, que seriam conhecidos posteriormente como Escolas Técnicas do SUS – ETSUS foram criados ou reorganizados na década de 1980 e tinham como objetivo principal a profissionalização dos trabalhadores técnicos de nível médio. Na década seguinte, o papel destas Escolas seria preponderante nos processos então em curso no país, como as reformas do Estado, reformas educacionais e as reformas sanitárias, como notaremos a seguir.

No entanto, somente com a chamada “Nova República” em 1985 é que se considera encerrado o período da ditadura militar, e onde se instaura uma transição para o que se conhece por redemocratização, onde se inclui a saúde.

Em 1986, além da instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, tivemos a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, concretizando a máxima *da saúde determinada pela organização social* e que deve superar as práticas intrassetorializadas (BRASIL, 2006).

O movimento do processo constituinte foi o ponto máximo da luta pela Reforma Sanitária:

[...] momento em que todo o acúmulo daqueles anos do movimento sanitário tinha, finalmente, a oportunidade de mudar a face da saúde no país, incluindo na Constituição Federal todo o seu ideário. A luta ganhava novos contornos na perspectiva de inscrever o direito à saúde no marco constitucional do país. (BRASIL, 2006, s.n.)

A ausência de investimentos na educação, especificamente na área da saúde, influenciou para que a mão de obra do setor permanecesse desqualificada por muito tempo, sendo que a formação técnica acabou sendo entendida como uma alternativa de solução viável a essa problemática (MAYER, SAIORON, BRUGGMANN, 2019).

Com o Programa de Formação em Larga Escala de Pessoal para Nível Médio e Elementar para os Serviços Básicos de Saúde [Larga Escala] é que se inicia a integração do ensino aos serviços públicos de saúde, trazendo contribuições à estruturação pedagógica das ETSUS. O Larga Escala tinha como meta formar 300 mil trabalhadores que não possuíam qualificação específica em funções diversas da administração de serviços gerais, bem como do processo assistencial em saúde. Após 19 anos de funcionamento, atendeu 96 mil alunos, dos quais cerca de 70% eram profissionais da enfermagem, além da formação de 3000 docentes numa parceria entre Ministério da Saúde e Organização Pan Americana da Saúde [OPAS] (BORGES *et al.*, 2012).

Além do Larga Escala, o Brasil recebeu financiamento da OPAS para o Programa de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem [PROFAE], que se propunha à continuidade da formação de 270 mil trabalhadores de enfermagem que prestavam assistência sem a devida qualificação, bem como dar sustentabilidade às ETSUS (BORGES *et al.*, 2012).

Segundo Ena de Araújo Galvão, o PROFAE criado em 2000 pelo Ministério da Saúde, foi um projeto ousado que abrangeu todo o território nacional e que visava alcançar o público não atendido pelo Larga Escala. Foi

estruturado em duas áreas, sendo que o Componente I tinha como objetivo a profissionalização e a escolarização dos atendentes de Enfermagem, com basicamente três ofertas de cursos: complementação do ensino fundamental com duração de dezoito meses; Qualificação profissional destinada aos que já haviam concluído o ensino fundamental, e que com mais um ano de estudo estariam aptos para o exercício de Auxiliar de Enfermagem, incluindo o direito ao registro profissional expedido pelos Conselhos Regionais de Enfermagem. (GALVÃO, 2019).

O programa possibilitou ainda avançar na capilaridade com a realização das turmas em classes descentralizadas, que teve como parte dos resultados a qualificação de 218.244 servidores que se tornaram Auxiliares de Enfermagem, com a carga horária cursada de 1.110 horas.

O componente II foi igualmente importante porque intentava dar sustentabilidade e fortalecer as Escolas, por meio de estudos e pesquisas, formação dos docentes, bem como da formulação de proposta de avaliação e certificação de competência aos egressos, suporte técnico e financeiro, bem como a produção de materiais didáticos, o que demonstrou a capacidade das Escolas e a importância da educação profissional em saúde.

Pelos resultados positivos, o Governo Federal por meio do Ministério da Saúde lançou a Portaria GM/MS nº 3.189, de 18 de dezembro, que dispôs as diretrizes para a implementação do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde [PROFAPS], vigente até os dias atuais, em função de saldos de recursos existentes nos Estados. (BRASIL, 2009)

O PROFAPS recebeu novo aporte de recursos em 2010 por meio da Portaria GM/MS 1626, de 24 de junho de 2010 e em 2011 por meio da Portaria GM/MS nº 1.307, de 06 de junho de 2011 (BRASIL, 2010; BRASIL, 2011).

Tendo como meta a formação de 260 mil trabalhadores e investimento previsto de R\$ 60 milhões, o programa teve como foco a educação profissional realizada por meio de cursos de formação inicial e continuada dos trabalhadores de nível médio da saúde, já inseridos ou em vias de serem inseridos no SUS, em capacitações, aperfeiçoamento, especializações e atualizações em todos os níveis de escolaridade (MAYER, SAIORON, BRUGGMANN, 2019).

### **3 Método**

A pesquisa vem sendo empreendida como parte dos estudos para um mestrado profissional, em andamento desde março de 2022. Seu perfil é derivado de estudos realizados na linha de 'Políticas, Gestão e Avaliação', no âmbito do projeto 'Concepções e Políticas da Educação Profissional' da Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do CEETEPS, desenvolvido em regime de colaboração pelo grupo cadastrado no diretório CNPq 'Gestão, Administração e Cultura da Educação Profissional e Tecnológica – GEACEP'.

Quanto à metodologia, se apresentou como uma pesquisa documental e bibliográfica de natureza exploratória (p.ex.: MAYER *et al.*, 2019; RAMOS, 2010) e com enfoque qualitativo. Os autores realizaram buscas para levantamento bibliográfico e pesquisas recentes ou de interesse, tais como: Base de teses da CAPES, Google Scholar, *Scielo* e uma consulta de livros em biblioteca física da ETSUS-SP. Além destes, foi realizado um levantamento

documental em Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, Deliberações, Pareceres, entre outros. Junto à Supervisão de Ensino das escolas, foi pesquisada a legislação de autorização de funcionamento das Escolas Técnicas do SUS, bem como foram consultados outros documentos internos, como o Regimento Escolar Único, Planos de Curso, Planos escolares e Atas de reuniões do Colegiado de Diretores (COLEGIADO, 2022).

#### 4 Resultados e Discussão

As ETSUS são consideradas ‘escolas-função’, multiprofissionais, de caráter inclusivo, participativo e democrático. Sua proposta é a transformação do trabalhador, por meio da reflexão sobre o seu fazer no próprio ambiente de trabalho, o que acaba por promover a aprendizagem institucional (BORGES *et al.*, 2012).

Assim, o público-alvo das ETSUS são adultos provenientes dos serviços públicos de saúde, geralmente de classes econômicas mais vulneráveis, e que não tiveram o devido acesso ao sistema formal de educação.

As ETSUS fazem parte de uma rede organizada e colaborativa, denominada Rede de Escolas Técnicas do SUS [RETSUS], instituída nos anos 2000, e que atua como instância coordenadora da formação profissional no SUS, com o objetivo de compartilhar informações, buscar soluções a problemas comuns, difundir tecnologias e promover a articulação de instituições voltadas ao ensino profissional no país, que atualmente conta com 40 escolas técnicas, entre Centros Formadores de Recursos Humanos e Escolas de Saúde Pública do SUS. Existem em todos os estados brasileiros. São instituições públicas, sendo 33 estaduais, seis municipais e uma federal, vinculadas diretamente à gestão do SUS, sendo que as de outras secretarias operam por meio da gestão compartilhada com a Saúde.

Pelo Estado de São Paulo, fazem parte da RETSUS 06 Centros Formadores de Pessoal para a Área da Saúde/Escolas Técnicas do SUS, sendo 05 do Estado e mantidos pela Secretaria de Estado da Saúde [SES] e 01 municipal, mantida pela Secretaria Municipal de Saúde [SMS], que tiveram suas bases fincadas na profissionalização da área da Enfermagem.

Em São Paulo, oferecem além dos cursos técnicos de nível médio, a formação inicial e continuada – FIC, sendo que os cursos técnicos são autorizados e regulamentados pelo Conselho Estadual de Educação [CEE] e emitem certificação com validade nacional. O Núcleo de Apoio às Escolas Técnicas do SUS [NAETSUS] possui competência delegada para exercer supervisão de ensino nos CEFOR e fazer cumprir as disposições legais do Sistema Educacional de Ensino Nacional e Estadual. (STEFANINI, 2013)

Estas são as ETSUS paulistas:

**Quadro 1:** Escolas Técnicas do SUS em São Paulo

<b>ETSUS ARARAQUARA</b>	
<b>Denominação:</b>	Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS de Araraquara “Prof. <sup>a</sup> Maria Helena de Oliveira e Silva De Nardi”
<b>Autorização de Funcionamento:</b>	Parecer CEE/274/90, DOE de 10/04/1990
<b>Nº municípios atendidos no Estado:</b>	191 municípios
<b>Inserção no Organograma da SES:</b>	Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH)
<b>Dados de Produção:</b>	15.260 alunos formados (1990/2022)
<b>ETSUS ASSIS</b>	
<b>Denominação:</b>	Centro Formador de Pessoal para a Área da Saúde de Assis

	– CEFOR Assis –
<b>Autorização de Funcionamento:</b>	Portaria CEE 42/82, DOE 03/12/1982
<b>Nº de Municípios atendidos no Estado:</b>	215 municípios
<b>Inserção no Organograma da SES:</b>	Coordenadoria de Regiões de Saúde (CRS)
<b>Dados de Produção:</b>	15.432 (1968/2022)
<b>ETSUS FRANCO DA ROCHA</b>	
<b>Denominação:</b>	Centro Formador de Pessoal para a Área da Saúde de Franco da Rocha – CEFOR Franco da Rocha
<b>Autorização de Funcionamento:</b>	Parecer CEE 1297/1987, DOE 04/09/1987
<b>Nº de municípios atendidos no Estado:</b>	95 municípios
<b>Inserção no Organograma da SES</b>	Coordenadoria de Serviços de Saúde (CSS)
<b>Dados de Produção:</b>	22.665 alunos formados (1959/2022)
<b>PARIQUERA AÇU</b>	
<b>Denominação:</b>	Centro Formador de Pessoal para a Área da Saúde de Pariquera-Açu – CEFOR Pariquera-Açu
<b>Autorização de Funcionamento:</b>	Parecer CEE 03/1980, DOE 09/09/1980
<b>Nº de municípios atendidos:</b>	15 municípios
<b>Inserção no Organograma da SES</b>	Coordenadoria de Gestão de Contratos e Serviços de Saúde (CGCSS)
<b>Dados de Produção:</b>	4.271 alunos formados (1968/2022)
<b>ETSUS SÃO PAULO</b>	
<b>Denominação:</b>	Centro Formador de Pessoal para a Área da Saúde de São Paulo – CEFOR São Paulo
<b>Autorização de Funcionamento:</b>	Parecer CEE 1296/1987, DOE 04/09/1987
<b>Nº de municípios atendidos:</b>	129 municípios
<b>Inserção no Organograma da SES</b>	Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH)
<b>Dados de Produção:</b>	14.582 alunos formados (1977/2022)

**Fonte:** Documentos internos da ETSUS consultados

A partir do que se observa no quadro 1, as ETSUS são instituições de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, mantidas pela SES e oferecem cursos na sede e em classes descentralizadas na sua área de abrangência (municípios). No que se refere à inserção no organograma da Secretaria, respondem a diferentes Coordenadorias: Recursos Humanos (São Paulo e Araraquara), Regiões de Saúde (Assis), Serviços de Saúde (Franco da Rocha) e Gestão de Contratos e Serviços de Saúde (Pariquera-Açu). E em relação às autorizações de funcionamento, organizaram-se enquanto CEFOR a partir dos anos 1980, embora já ofertassem cursos na área da saúde, desde o final da década de 1950.

Em 2011, a RETSUS comemorou dez anos de criação e na edição da Revista RET-SUS nº 41, afirmava:

[...] é o marco incontestado de uma história de lutas, persistência e dedicação de gente que fez da defesa da profissionalização de nível médio na área da saúde a bandeira de uma vida. Tendo atrás de si um acúmulo de esforços no sentido de criar, consolidar e fortalecer escolas e centros formadores públicos, o nascimento da Rede é desses exemplos que mostram que, em meio a contradições, sempre haverá caminhos apontando para grandes avanços sociais. (RET- SUS, 2022, s.n.)

Trazia entre outros destaques, o resgate histórico iniciado na década de 1960 com a proposta do Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde [PREPS], que examinava as origens e objetivos do Larga Escala, idealizado e coordenado por Izabel dos Santos, militante histórica da Saúde e grande responsável pelas ações de profissionalização de nível médio da área. Identificava o PROFAE como fator importante na criação da Rede e o PROFAPS como continuidade destes esforços.

A publicação destes resgatou o debate dos anos 1960, sobre a retomada do desenvolvimento social e econômico, bem como o contexto da assinatura da Carta de Punta Del Este, em 1961, pelos membros da Organização dos Estados Americanos [OEA] que propunha além de objetivos para a educação, expansão industrial privada, aumento da produção agrícola, um plano decenal para a saúde pública das Américas, com a organização de planos nacionais, serviços de saúde locais e formação de pessoal profissional e auxiliar, entre outros.

Uma destas frentes foi o Larga Escala, que partiu da identificação de que praticamente metade da força de trabalho em saúde não possuía uma identidade de categoria profissional, o que dificultava sua organização em entidades de classes, planos de cargos e carreiras, bem como dificultavam uma habilitação formal garantida e reconhecida pelo sistema educacional (REVISTA RET-SUS, 2011).

Entre a compreensão do local de trabalho como princípio e espaço pedagógico, a formação docente como capacitação pedagógica dos próprios trabalhadores da saúde e a prática-reflexão-prática como eixo metodológico foram dezenove anos de caminhada, quando se adentra ao PROFAE, e já existiam 26 escolas autorizadas pelo sistema da educação.

Dentro do PROFAE o subcomponente de fortalecimento destas Escolas foi fundamental, pois não só melhorou a infraestrutura das existentes como possibilitou a implantação de novas. Este movimento foi fruto de intensas negociações do Ministério da Saúde com o Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID] que entre outras coisas garantiu a ampliação dos cursos, de um novo modelo de gestão e de reformas e modernização e foi o embrião da criação da RETSUS.

Já o PROFAPS, surge em discussões em meados de 2006 no “Seminário Internacional de Educação Profissional em Saúde”, realizado pelo Ministério da Saúde, porém, foi com a edição do Programa “Mais Saúde: Direito de Todos”, que o PROFAPS foi disparado, tendo partido das necessidades de saúde cada vez mais complexas e ausência de profissionais qualificados nas áreas de Patologia, Citologia, Hemoterapia, bem como da Saúde Bucal.

Um diferencial do Programa é que determina que as ETSUS tenham prioridade na formulação e execução técnica e pedagógica dos cursos, pela importância que já se destacava destas instituições na condução dos projetos anteriores. Como último grande programa financiado pelo MS, evidencia-se como dificuldades a execução financeira pelos Estados, a não liberação dos servidores pelos gestores, e o fato de que em alguns Estados, como São Paulo, determinados serviços como Hemoterapia, Citopatologia e outros serem prestados por instituições privadas dificultando o acesso a campos de estágio.

Não obstante toda essa trajetória, em setembro de 2021, o Conselho Nacional de Saúde se organizou para debater e propor uma Recomendação em que ao mesmo tempo resgata o histórico percurso das ETSUS, identifica a integração ensino/serviço/comunidade como primordial à consolidação do SUS, com investimentos em formação e desenvolvimento dos seus profissionais, concebendo para além da aquisição de conhecimentos técnico-científicos, as habilidades e atitudes, decorrentes de um processo de formação de sujeitos críticos e reflexivos, que transformem a realidade e da criação de novas formas de gestão dos processos de trabalho.

As ETSUS têm papel estratégico e a educação profissional em saúde viabiliza espaços de formação permanentes, sendo concebidas como uma escola pública do mundo do trabalho, que vai até o estudante, além das vantagens da descentralização curricular, supervisão pelo sistema de ensino, atendimento às diretrizes e princípios do SUS, possibilidade de atuação multiprofissional, certificação e diplomação com validade nacional e a oportunidade de registro dos concluintes nos órgãos de classe das respectivas categorias, possibilitando a inclusão e ascensão nos planos de carreiras, cargos e salários quando existentes. (BRASIL, 2021)

Identificam-se como principais desafios a serem superados: o fortalecimento das Escolas, incluindo as ETSUS-SP, no que se refere à sua identidade política, uma vez que as mesmas sofrem de um processo de 'invisibilidade', com a dificuldade na execução dos recursos financeiros, por falta de autonomia e entraves burocráticos, e a não garantia dos repasses federais, bem como ausência de previsão orçamentária estadual e/ou municipal de forma regular, sujeitando as Escolas aos cortes e contingenciamentos recorrentes.

Por fim, destacamos nos documentos (COLEGIADO, 2022; SÃO PAULO, 2008) a ampliação das tecnologias de comunicação à distância, que se antes já existiam, com o advento da pandemia exigiram uma série de políticas de flexibilização e precarização do trabalho docente, com o encurtamento de cursos técnicos, esvaziamento crítico dos conteúdos sócio-políticos, profusão de pareceres e decretos sem o devido debate público, com destaque ao caráter pouco abrangente da inclusão digital, cujo acesso no país ainda é profundamente desigual.

## **5 Considerações finais**

Não obstante a identificação de grande parte dos profissionais no campo da saúde terem atuado por muito tempo sem a qualificação profissional requerida, ainda que reconhecidos os êxitos de programas como Larga Escala e PROFAE, a formação profissional na área da saúde ainda requer atenção e investimentos, em pleno século XXI, para que seu avanço continue.

As ETSUS ao longo de sua história puderam presenciar as grandes transformações ocorridas no país, quer seja nas reformas políticas, da saúde e da educação, sendo que nestes aspectos sempre foram instadas a discutir e contribuir com as políticas públicas de formação e de valorização do trabalho em saúde.

Em São Paulo, os Planos de Trabalho nas ETSUS inicialmente pactuados foram cumpridos e ainda há demanda de formação de nível técnico e pós-técnico, porém as dificuldades na organização, abertura e funcionamento de turmas é cada vez mais presente.

Os programas citados, para além da formação propriamente dita, possibilitaram o fortalecimento da infraestrutura e da gestão das ETSUS SP, no entanto, esse processo não foi continuado do ponto de vista de novos repasses de recursos pelo ente federal, sendo o último datado de 2011, o que causou a descontinuidade na pactuação de novas turmas, enfraquecendo a identidade dos CEFOR nos espaços de gestão regional.

A possibilidade de pagamento de docentes e coordenadores é uma das vantagens nas ETSUS do Estado de São Paulo, que possui legislação própria



para remuneração de servidores e convidados em atividades docentes, o que não ocorre em boa parte de outros Estados, por não disporem de mecanismos similares.

Como perspectivas para um futuro em curto prazo, que leve em conta o atual contexto político, pretendem retomar o processo de pactuação e abertura de novas turmas, em ofertas que vão de atualizações às especializações pós-técnicas, uma vez que a realidade do Estado evoca um olhar regional, onde cada Escola alocada responde a uma demanda diferente.

Por fim, as ETSUS SP, como escolas integrantes da mais expressiva política pública deste país e inseridas num estado como São Paulo têm sob sua responsabilidade um imenso desafio: continuar colaborando para o desenvolvimento sócio- econômico e político nacional, ao formar seus quadros com responsabilidade e comprometimento em favor de uma saúde de qualidade à população. Para tanto, têm articulado, ainda que inseridas em diferentes territórios e distintas instâncias da SES, projetos e processos comuns que respondam às necessidades da formação profissional técnica.

## Referências

BORGES, F.T. *et al.* **Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) no Brasil: regulação da integração ensino serviço e sustentabilidade administrativa.** Ciência & Saúde Coletiva, 17 (4):977-987, 2012, p.977-987

BRASIL, 2006. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **A construção do SUS:** histórias da Reforma Sanitária e do processo participativo. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 300 p. (Série I. História da Saúde no Brasil). Organização e Pesquisa: Vicente de Paula Faleiros; Jacinta de Fátima Senna da Silva; Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos; Rosa Maria Godoy Silveira.

BRASIL, 2007. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1996 de 20/08/2007.** Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Diário Oficial da União. [online] Brasília (DF). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996\\_20\\_08\\_2007.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html) Acesso em 19/07/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 3.189, de 18 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre as diretrizes para a implementação do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para Saúde (PROFAPS). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt3189\\_18\\_12\\_2009.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt3189_18_12_2009.html) Acesso em 13/07/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.626, de 24 de junho de 2010.** Define recursos financeiros do Ministério da Saúde para o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para Saúde (PROFAPS). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt1626\\_24\\_06\\_2010.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt1626_24_06_2010.html) Acesso em 13/07/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.307, de 06 de junho de 2011.** Define recursos financeiros do Ministério da Saúde para o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para Saúde (PROFAPS). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1307\\_06\\_06\\_2011.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1307_06_06_2011.html) Acesso em 13/07/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Recomendação nº 28, de 21 de setembro de 2021**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/recomendacoes-2021/2038-recomendacao-n-028-de-21-de-setembro-de-2021>. Acesso em 22/07/2022.

COLEGIADO, 2022. Colegiado dos Centros Formadores de Pessoal para a Área da Saúde: **Plano de Curso de Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Enfermagem**, 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Revista RET-SUS. Ano V. Edição nº 41. Janeiro/fevereiro. 2011. 28 p. Disponível em: <http://www.retsus.fiocruz.br/revista/2011/revista-numero-41>. Acesso em 22/07/2022.

GALVÃO, E.A; SOUSA, M.F.de. As escolas técnicas do SUS: que projetos político-pedagógicos as sustentam? **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1159-1189, 2012.

GALVÃO, E. de A. **As Escolas Técnicas do SUS: Memórias e Especificidades**. Brasília, 2019. 133p.

MAYER, B. L. D.; SAIORON, I.; BRUGGMANN, M.S. Educação profissional em saúde no Brasil: uma reflexão no contexto da enfermagem. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 9, n. 4, p. 1-9, 2019.

PEREIRA, I. B; RAMOS, M. N. **Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. 120 p.

RAMOS, M. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde**. Rio de Janeiro. EPSJV, URFJ, 2010, 290 p.

RET-SUS. **Rede de Escolas Técnicas do SUS**. 2022. Disponível em: <http://www.retsus.fiocruz.br>. Acesso em 10 de julho de 2022.

SÃO PAULO. **Decreto nº 53. 848, de 19 de dezembro de 2008**. Institui o Programa de Formação de Profissionais de Nível Técnico para a Área no Estado de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-53848-19.12.2008.html>. Acesso em 13/07/2022.

STEFANINI. M.Y.F. **Supervisão delegada: estruturação do processo de trabalho no núcleo de apoio às Escolas Técnicas do SUS do Estado de São Paulo**. Monografia (Especialização Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS). Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, Polo CEFOR São Paulo, 2013.